

Globethics Repository



A politica de cotas favorece a coesao social [The quota policy favors social cohesion]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Genro,Tarso
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-24 19:13:54
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163328

EDITORIAL

*A democratização do acesso à educação e, especialmente, à educação superior, é um desafio de uma sociedade radicalmente marcada pela segregação e pela exclusão social como a brasileira. Daí advém a importância da discussão da instauração do sistema de cotas para negros nas instituições brasileiras de ensino superior. Basta que andemos por nossa universidade e que demos uma olhada, nas salas de aula, ao nosso redor, para constatar que há pouquíssimos negros na academia. O sistema de cotas resolveria ou ajudaria a resolver o problema da segregação e da exclusão? Ou deveríamos lutar para garantir um ensino fundamental e médio de qualidade que permitisse o acesso à universidade? Este número do boletim **IHU On-Line** quer contribuir neste debate importante para a vida nacional. Assim, participam da discussão, neste número, o Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes, pró-reitor acadêmico da Unisinos, a Profa. Dra. Azuete Fogaça, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) – UFJF - e do Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá (RJ), Frei Davi Raimundo dos Santos, franciscano, diretor do Projeto Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro), Tarso Genro, ministro da Educação e o Prof. Dr. Fernando Becker, da Faculdade de Educação da UFRGS.*

Neste número ainda, reproduzimos uma longa entrevista sobre o Fórum Social Mundial 2005. A formatação deste importante evento mundial é um desafio para a nossa Universidade. Como participar de maneira criativa deste evento? A publicação da entrevista pode suscitar, na nossa Universidade, a discussão a respeito da nossa inserção no processo desencadeado pelo Fórum Social Mundial 2005. Juntamente com esta, publicamos uma entrevista com a economista Hazel Henderson que põe na agenda o debate sobre a maneira de se calcular o Produto Interno Bruto (PIB) de um país. Uma polêmica extremamente pertinente, quando estamos organizando, aqui na Unisinos, para 2005, o 1º Ciclo de Estudos Repensando os clássicos da Economia. A todas e todos uma ótima semana e uma excelente leitura!

MATÉRIA DE CAPA

A POLÍTICA DE COTAS FAVORECE A COESÃO SOCIAL

Entrevista com Tarso Genro

O ministro da Educação, Tarso Fernando Herz Genro, observa que a política de cotas deve ser avaliada, considerando-se que o Brasil é um país à beira da descoesão social e a medida proposta representa “um passo positivo” no sentido contrário. Ele a enquadra nas políticas afirmativas indispensáveis para a republicanização da universidade, que deve preparar-se para tratar desigualmente os desiguais. Refere-se à

proposta como “provisória”, a vigorar enquanto o ensino básico e médio é fortemente qualificado, graças ao aumento dos recursos destinados à educação. Ressaltando que a política de cotas pode ser construída de maneira “democrática e racional”, ele responde às principais críticas e indicações à iniciativa. A entrevista foi concedida ao **IHU On-Line** no seu escritório particular, em Porto Alegre. Tarso Genro é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Foi advogado de sindicatos e associações profissionais. Entre outros cargos políticos, foi deputado federal e duas vezes prefeito de Porto Alegre, pelo Partido dos Trabalhadores. Integra o corpo docente do Curso de Extensão Universitária da Escola de Governo, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, desde 1998. No atual governo, foi titular da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003). Tem vários livros editados na área de Direito, Política e Literatura. Entre eles, **Introdução à Crítica do Direito do Trabalho**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979; **Moçambique. A caminho do socialismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982; **Direito Individual do Trabalho**. São Paulo: Editora LTR, 1985; **Lenin Coração e Mente**, com Adelmo Genro Filho. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1985; **Fontes da Vida**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987; **Esferas da Consciência**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1989; **Política e Modernidade**. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1990; **Utopia Possível**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995; **Orçamento Participativo. A Experiência de Porto Alegre**, com Ubiratan de Souza. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997; e **O futuro por armar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Tarso foi entrevistado por **IHU On-Line** na 86ª edição, de 1º de dezembro de 2003, na época em que era titular da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A entrevista foi publicada sob o título “Ainda não se criou uma alternativa de desenvolvimento para um país como o Brasil”.

IHU On-Line - A universidade é um lugar para se fazer justiça social como o Ministério propõe?

Tarso Genro - Não se trata de enfocar a partir da visão de justiça social, mas de verificar se devemos trabalhar com o conceito republicano de universidade ou não. Pela perversidade da estrutura social, a universidade até hoje tem sido muito seletiva, o que não a invalida, mas o que valida a necessidade de criar instituições, formas jurídicas, políticas públicas, de abertura da universidade para setores da população que até agora não tiveram oportunidade de acesso.

IHU On-Line - Mas isso não prejudica uma tradição da universidade, que é o mérito acadêmico?

Tarso Genro - Na nossa opinião não, por dois motivos fundamentais. O primeiro é que, no conceito com que nós trabalhamos, a política de cotas, tanto de cotas públicas como de cotas mal chamadas raciais - na verdade são cotas de cor, já que o conceito de raça é discutível - essas cotas estão integradas nas cotas sociais. Por exemplo, na nossa visão, os afro-descendentes devem ter um percentual, mas selecionados dentre aqueles que vêm da escola pública. Isso não ofende o mérito, porque esses alunos, que vão ser chamados a integrar a política de cotas, também serão submetidos a exame. A informação tem sido colocada de uma forma um pouco leviana, como se os originários da escola pública e os afro-descendentes simplesmente entrassem na universidade pela sua origem. Não, eles vão ser selecionados pelo seu mérito. Portanto, eles vão fazer vestibular, mas vão concorrer em faixas diferentes. Um exemplo concreto: se 50% das vagas são destinadas a escolas públicas, dentro desses 50% vão ser selecionados os melhores dentro da escola pública. Portanto, o mérito está mantido. Dentre esses que vêm da escola pública, aqui no Rio Grande do Sul, que tem 13% de afro-descendentes, vai se constituir um regulamento permitindo que, dentro dessa seleção, 13% dos aprovados devem ser originários desta condição de afro-descendentes. Portanto, o mérito permanece, mas o que trabalha com princípio condicional, o qual refere que o princípio da igualdade formal significa também tratar desigualmente os desiguais.

IHU On-Line - E por que ela vem sendo definida como anticonstitucional ou inconstitucional?

Tarso Genro - Até agora não conseguiu se colocar uma fundamentação racional dessa questão. Trata-se de uma visão puramente formalista do direito que congela a norma na pura aparência. Isso significa dizer que todos são iguais perante a lei. Sendo assim, não pode haver políticas afirmativas. Por esse mesmo princípio, também seria inconstitucional o princípio do direito do trabalho que considera nula a renúncia do empregado a seus salários e que não considera nula a promessa formal escrita do empregador de aumento de salários.

IHU On-Line – Afirma-se também que isso geraria profissionais ou estudantes de primeira e segunda categoria, pois eles teriam origens acadêmicas diferenciadas...

Tarso Genro - A universidade já gera profissionais de primeira e segunda categoria, portanto esse é um artifício absolutamente irrelevante. O que temos que ter é uma política provisória de cotas para forçar a sua republicanização e, ao mesmo tempo, atacar fortemente a qualidade do ensino básico, particularmente no ensino médio, para que, processualmente, a política de cotas seja inclusive desnecessária. De outra parte, temos que preparar a universidade para que ela consiga ter a capacidade de tratar desigualmente também os desiguais, como ela deveria fazer hoje e não faz, porque todas as universidades formam profissionais de primeira e segunda categoria.

IHU On-Line - O que significa processualmente abandonar o sistema de cotas? Qual é o prazo para isso ocorrer?

Tarso Genro - Tenho a impressão de que, se nós reinvertermos os investimentos na educação no Brasil, sendo que, nos últimos 15 anos, esses investimentos provavelmente foram reduzidos em 50%, e tivermos um crescimento no ano que vem de 20% e esse crescimento for contínuo até chegar a dobrar o orçamento de educação no Brasil, o que seria o ideal, a política de cotas poderia ser extinta em aproximadamente 10 anos.

IHU On-Line – Os dirigentes universitários também afirmam que essa medida, apesar de conter alguns méritos, ataca fundamentalmente os efeitos, e não as causas.

Tarso Genro - Isso é verdadeiro. Por isso a política de cotas não pode ser uma única política. Ela ataca, sim, os efeitos. Por isso mesmo ela deve ser uma política entendida como provisória, e não como política definitiva. Mas o fato de atacar os seus efeitos não a invalida, porque, ao atacá-los, ela promove um passo na abertura da universidade para as classes populares, coisa que tem ocorrido de maneira muito precária até hoje. Ordinariamente, ela é aberta mediante vagas pagas e instituições privadas. A maioria, uma boa parte delas, de baixa qualidade.

IHU On-Line - A justiça social não deveria resultar de uma qualificação geral da sociedade para então desaguar na universidade?

Tarso Genro - Esta é uma visão também correta. A política de médio e longo curso deve se encaminhar também por essa visão. A alta qualificação do ensino fundamental, do ensino médio, portanto toda a educação de base, e a expansão da universidade pública com qualidade, a integração da universidade privada, tudo isso deve convergir para os trilhos do interesse público. Mas isso não desconstitui a necessidade de políticas imediatas.

IHU On-Line - As universidades que praticam filantropia, observam que dirigir os recursos destinados à filantropia integralmente para esse tipo de prática vai prejudicar uma série de outras atividades desenvolvidas por elas. Há esse risco?

Tarso Genro - Isso é um outro assunto, uma outra matéria, que é o Pró-Uni. O Pró-Uni determina que 20% do faturamento que as universidades são obrigadas a utilizar hoje em gratuidade, seja transformado em 20% de vagas para estudantes pobres, de baixíssima renda. Portanto o Pró-Uni também trabalha com a visão de cota social. Uma parte dessas cotas destina-se a afro-descendentes e indígenas. Isso não é verdadeiro, porque as instituições são obrigadas atualmente a aplicar em gratuidade, só que elas não aplicam. É impossível verificar racionalmente nas suas prestações de contas. Então nós transformamos essa obrigação de gratuidade, que já existe na lei, de 20% em vagas. Qualquer pessoa que saiba aritmética vai contar se elas estão cumprindo a sua sagrada missão filantrópica ou não, ou se elas têm finalidade lucrativa de maneira mascarada ou não. As entidades sérias, e acho que a Unisinos é uma instituição séria, estão negociando conosco uma proposta de redução de 20% para que fique preservado um determinado valor para a atividade de extensão universitária e algumas outras atividades. Isso é possível de fazer. Nosso objetivo não é desconstituir essas universidades. Pelo contrário, nosso objetivo é o de abri-las para a população e sem criar condições que impeçam que elas realizem seu trabalho.

IHU On-Line – Como o senhor responde à constatação de que esse tipo de medida não seria eficaz socialmente porque nos casos em que foi aplicada, como nos EUA, verificou-se que o grupo beneficiado não interage com a sua base social e se mantém como elite?

Tarso Genro - Isso é um equívoco de fundo, porque a própria diversificação das elites é um processo de democratização. Isso é mais uma desculpa do que um argumento. Mesmo que não mudasse nada na estrutura social brasileira - e nós sustentamos que deva mudar, para haver distribuição de renda e mais inclusão social – já seria um avanço. Só o fato de democratizar o acesso às elites seria um avanço democrático.

IHU On-Line - Essa medida se inspira em alguma experiência internacional de marcado sucesso aplicada em lugares cujas realidades assemelham-se à brasileira?

Tarso Genro - Não. Isso se baseia num conjunto de políticas afirmativas que existe em várias partes do mundo, que vai desde as políticas afirmativas de gênero, as políticas de proteção social experimentadas dentro da social-democracia. Na verdade, é uma política ofensiva num país profundamente desigual, elitizado e hierarquizado, uma política que causa determinada aversão às elites ao permitir que a plebe chegue à universidade. Essa aversão às vezes adquire uma formatação teórica evidente e, às vezes, uma formatação teórica um pouco mais sofisticada. Na verdade, isso é uma proposta até limitada, porque ela tem apenas o objetivo de republicanizar um pouco a universidade, o que, num país oligarquizado como o Brasil, espanta um pouco.

IHU On-Line - Qual é a perspectiva de aprovação desse projeto de lei?

Tarso Genro - Nós queríamos que fosse aprovado no primeiro semestre e estamos lutando para que seja aprovado agora no segundo, e as possibilidades de aprovação são amplas. Há uma ampla base parlamentar no Congresso Nacional que gostaria de ver resolvido esse problema, fazendo uma experiência com a política de cotas.

IHU On-Line – Mais algum comentário sobre esse assunto, ministro?

Tarso Genro - Tanto a posição contra a política de cotas como a posição a favor da política de cotas podem ser construídas de uma maneira democrática e racional, porque as políticas afirmativas têm efeitos positivos e negativos. O que nós devemos pesar é se isso é um passo positivo no sentido da coesão social no Brasil ou não. O valor maior que preside a política afirmativa é a coesão social, e o Brasil é um país à beira da descoesão social. Então tem que se pensar através dessa visão inovadora e com essa visão macropolítica. Os argumentos que não podemos aceitar, que são de terceira categoria, é que são políticas para proteger pessoas despreparadas. Esse é um argumento não só eivado de preconceitos, como também irracionalista, como se as pessoas despreparadas não tivessem direito de ter políticas a seu favor.

RESOLVENDO O PROBLEMA NO LUGAR ERRADO

Entrevista com Pedro Gilberto Gomes

*A Unisinos não está “totalmente convencida de que o combate à exclusão se dê por intermédio de cotas”, afirma o Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, SJ, Pró-Reitor Acadêmico. Manifestando-se em nome da Unisinos, ele destaca que a instituição defende todas as ações com o propósito de eliminar ou diminuir a exclusão social e a conseqüente exclusão do ensino superior, mas teme que o governo esteja “querendo resolver o problema no lugar errado”. Pois a injustiça social não pode ser eliminada, “atacando-se os efeitos e deixando de lado as causas”: a pobreza generalizada, um ensino fundamental e médio de baixa qualidade. Na opinião do Pró-Reitor, “a exclusão social combate-se com a criação de condições dignas de vida para todos os segmentos sociais”. O professor Pedro Gomes, que foi entrevistado por e-mail, é graduado em Filosofia pela PUCRS, mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e autor de vários livros, entre eles **A Comunicação em Debate**. São Paulo: Paulinas, 1994; **Televisão e Audiência. Aspectos Quantitativos e Qualitativos**. São Leopoldo: Unisinos, 1996; **Comunicação. Filosofia. Ética. Política**. São Leopoldo: Unisinos, 1997; e **Tópicos de Teoria da Comunicação. Processos Midiáticos em Debate**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. 2.ed. Pedro Gomes é também autor do mais recente **Cadernos IHU**, de n.º 8, que traz o artigo **Processos Midiáticos e Construção de Novas Religiosidades**.*

IHU On-Line - O senhor considera a universidade um local privilegiado para o exercício da justiça social?

Pedro Gomes - O exercício da justiça social é um processo e uma tarefa de toda a coletividade. Evidentemente, a universidade, como instituição inserida numa coletividade, não pode omitir-se no que tange à promoção da justiça social. Sobre ela pesa uma “hipoteca social” que a obriga a comprometer-se com a promoção integral da pessoa, contribuindo para eliminar os condicionantes de injustiça que existem na sociedade. Nesse sentido, a universidade é um lugar importante, mas não único. A atuação da universidade deve ser sinérgica com todos os demais segmentos sociais para o estabelecimento da justiça social.

IHU On-Line - À luz da questão anterior, qual a posição da Unisinos sobre a “discriminação positiva” proposta pelo MEC, destinando vagas para alunos originários das escolas públicas, negros e indígenas?

Pedro Gomes - Mais do que uma “discriminação positiva”, o MEC está falando de “ações afirmativas”. A Unisinos defende toda e qualquer ação que vise à eliminação (ou diminuição) da